



CIDADES PARECIDAS, CIDADES DIFERENTES: POR UMA INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DA URBANIZAÇÃO NO BAIXO XINGU

Genilson Santana Cornélio¹

Márcio Douglas Brito Amaral²

RESUMO

A urbanização da/na Amazônia é um processo complexo, marcado pela coexistência de múltiplas temporalidades e pela forte influência das dinâmicas fluviais e mercantis. Partindo do debate proposto por Trindade Jr. (2013) sobre a urbanodiversidade, este artigo propõe a noção de urbanoregularidade como chave analítica complementar, voltada a compreender as permanências e padrões que atravessam a urbanização regional. A análise centra-se nas cidades de Porto de Moz, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, na sub-região do Baixo Xingu, evidenciando como, em meio às diferenças locais, persistem lógicas estruturais e processuais comuns. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa e comparativa, apoiada em revisão bibliográfica e interpretação de dados secundários. Os resultados indicam que a urbanização do Baixo Xingu expressa um movimento dialético entre diversidade e recorrência, revelando três dimensões interligadas da urbanoregularidade: a material, ligada à permanência das formas fluviais; a funcional, relacionada à intermediação mercantil; e a processual, vinculada à reatualização histórica das práticas urbanas. Conclui-se que compreender o urbano amazônico requer articular singularidade e totalidade, reconhecendo que a diversidade se sustenta sobre regularidades produzidas pela própria lógica da urbanização capitalista.

Palavras-chave: Urbanização amazônica, Baixo Xingu, Urbanoregularidade.

ABSTRACT

Urbanization of/in the Amazon is a complex process, marked by the coexistence of multiple temporalities and the strong influence of river and mercantile dynamics. Building on the debate proposed by Trindade Jr. (2013) on urban diversity, this article proposes the notion of urban regularities as a complementary analytical key, aimed at understanding the continuities and patterns that permeate regional urbanization. The analysis focuses on the cities of Porto de Moz, Senador José Porfírio, and Vitória do Xingu, in the Lower Xingu subregion, highlighting how, amid local differences, common structural and procedural logics persist. Methodologically, a qualitative and comparative approach is adopted, supported by a literature review and interpretation of secondary data. The results indicate that the urbanization of the Lower Xingu expresses a dialectical movement between diversity and recurrence, revealing three interconnected dimensions of urban regularities: the material, linked to the permanence of river forms; the functional, related to mercantile intermediation; and the procedural, linked to the historical renewal of urban practices. It is concluded that understanding the Amazonian urban landscape requires articulating singularities and totality, recognizing that diversity is sustained by regularities produced by the very logic of capitalist urbanization.

Keywords: Amazon Urbanization, Xingu Lower, Urban regularity.

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: genilsoncornelio@gmail.com.

² Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor do PPGEO/UFPA. E-mail: marcioamaral@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

A urbanização da/na Amazônia apresenta características singulares, resultantes das condições naturais, da herança histórica e das formas particulares de inserção da região na economia nacional e global. A noção de urbanodiversidade, desenvolvida por Trindade Jr. (2011), foi fundamental para evidenciar a pluralidade de formas e trajetórias urbanas que coexistem nesse espaço, marcadas por diferentes temporalidades, técnicas e racionalidades. Contudo, ao lado dessa diversidade, observa-se que muitas cidades amazônicas compartilham padrões e dinâmicas socioespaciais recorrentes, revelando permanências que atravessam distintos contextos históricos e territoriais.

Diante desse cenário, este trabalho tem por objetivo analisar aspectos da urbanização de três pequenas cidades que compõem a sub-região do Baixo Xingu (Figura 1), no estado do Pará (Porto de Moz, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu), evidenciando que, embora distintas em suas configurações, elas compartilham regularidades estruturais, funcionais e processuais. Busca-se compreender em que medida essas cidades derivadas de um processo histórico comum reiteram lógicas de reprodução espacial e mercantil que conferem coesão à urbanização da região.

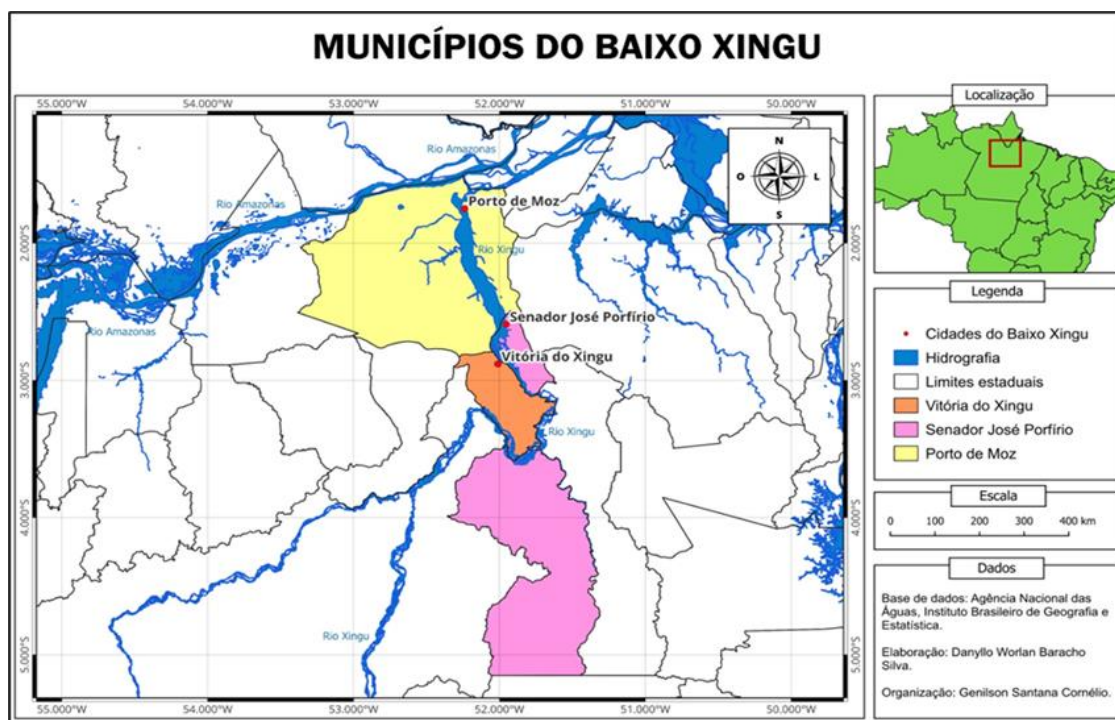


Figura 1: Mapa de Localização dos municípios do Baixo Xingu.
Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2022) e Agência Nacional das Águas (2021).



Essa análise se ancora em uma abordagem que entende o urbano amazônico como um processo contraditório, atravessado por forças de diferenciação e de homogeneização. Inspirado em Lefebvre (1979), parte-se da concepção de que o capitalismo produz simultaneamente espaços homogêneos, diferenciados e hierarquizados, fazendo da urbanização uma dimensão central da reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, as diferenças entre cidades não anulam as tendências de uniformização impostas pelo capital, mas se integram a elas, conformando um processo dialético entre diversidade e regularidade.

Paralelamente, dialoga-se com a proposta de urbanização extensiva de Monte-Mór (1998), segundo a qual o urbano se dissemina para além das grandes metrópoles, estendendo-se sobre o território como condição geral da produção capitalista. Na Amazônia, esse processo assume uma expressão particular: de um lado, dissemina-se a infraestrutura e a lógica mercantil; de outro, emergem novas sociabilidades e formas de resistência, resultando em urbanizações híbridas, em que o rural e o urbano se entrelaçam continuamente.

Ao problematizar a relação entre diversidade e regularidade, o trabalho busca contribuir para uma leitura crítica da urbanização no Baixo Xingu e, por extensão, das pequenas cidades amazônicas. A proposta é compreender como, em meio às diferenças locais, se reproduzem padrões estruturais que sustentam a dinâmica urbana regional. Um movimento que, neste estudo, é interpretado pela noção de “urbanoregularidade”.

Assim, as noções de urbanodiversidade e “urbanoregularidade” são tratadas neste trabalho como um par dialético, e não apenas dialógico. De um lado, a urbanodiversidade revela a multiplicidade de formas, tempos e práticas urbanas que compõem o mosaico amazônico; de outro, a “urbanoregularidade” evidencia as permanências e padrões que atravessam essas diferenças. Essa tensão entre o diverso e o reiterativo expressa a própria contradição da urbanização capitalista, que, ao mesmo tempo em que produz espaços heterogêneos, impõe-lhes uma unidade funcional e hierárquica.

A análise apoia-se em uma discussão acadêmica sobre as cidades da Amazônia, nos estudos de Trindade Jr. (2011; 2013), que evidenciam a urbanodiversidade como expressão da multiplicidade de formas e temporalidades urbanas que coexistem na região, marcadas por diferentes graus de integração à economia capitalista e por modos de vida vinculados às dinâmicas fluviais, e nas contribuições de Harvey (2013) e Santos (2010), que elucidam como o capital se fixa e se expande através do espaço urbano.

As cidades do Baixo Xingu são expressão de um tipo de urbanização periférica, mas funcional à lógica do capital, operando como pontos de escoamento, abastecimento e troca.



Mesmo sem grandes cadeias produtivas, a economia urbana dessas cidades é dinamizada pela circulação mercantil e pelos fluxos que as conectam ao restante da Amazônia.

Assim, este trabalho parte de uma questão central: como explicar a permanência de formas e dinâmicas urbanas semelhantes em diferentes localidades do Baixo Xingu, mesmo diante da pluralidade expressa pela urbanodiversidade? Essa problemática busca nortear a interpretação do urbano amazônico como expressão de uma totalidade contraditória, em que diversidade e recorrência se entrelaçam sob a lógica da urbanização capitalista.

METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise interpretativa de fontes secundárias e referenciais teóricos voltados à urbanização amazônica. A proposta metodológica parte da leitura crítica de produções acadêmicas que tratam da formação e da dinâmica urbana na Amazônia, com especial atenção aos estudos sobre redes urbanas, circulação do capital, e os debates mais recentes em torno da urbanodiversidade. O objetivo foi identificar elementos estruturais comuns nas cidades ribeirinhas do Baixo Xingu que permitissem a construção de uma proposta interpretativa sobre sua configuração urbana.

A delimitação espacial do estudo baseou-se na recorrência de dinâmicas socioespaciais semelhantes, observadas por meio da leitura de trabalhos acadêmicos e artigos científicos, dados de instituições públicas (IBGE), além de imagens de satélite e mapas. As análises buscaram compreender como essas cidades se organizam espacialmente, como se inserem na rede urbana e de que modo suas funções urbanas revelam lógicas compartilhadas de reprodução territorial. O método comparativo foi utilizado como estratégia para evidenciar essas regularidades, sem ignorar as especificidades locais.

Ao propor um modelo interpretativo, o texto não pretende impor uma forma única de leitura do urbano amazônico, mas contribuir com a compreensão de um conjunto de regularidades que, embora muitas vezes ofuscadas pelo discurso da diversidade, revelam-se centrais para o entendimento da reprodução urbana em cidades ribeirinhas da Amazônia.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da urbanização na Amazônia exige romper com os enquadramentos tradicionais que, durante décadas, trataram a região como um “vazio demográfico” ou como um espaço “pré-urbano”, desvinculado das dinâmicas gerais do capitalismo. Parte significativa da literatura brasileira consolidada no século XX vinculou a noção de cidade a critérios



demográficos e formais, reforçando uma concepção centro-sulista do urbano que invisibilizou as especificidades amazônicas (Corrêa, 1987; Becker, 2005).

É nesse contexto que emerge a noção de urbanodiversidade, formulada por Trindade Jr. (2011), como uma tentativa de recolocar a Amazônia no debate sobre o urbano brasileiro, não a partir de sua ausência, mas de sua pluralidade constitutiva. Segundo Trindade Jr. (2011, p. 229), compreender o urbano amazônico requer reconhecer que “a urbanização da sociedade diz respeito à difusão de valores e modos de vida urbanos [...], diferentemente da urbanização do território”, sendo que esta última “diz respeito à incorporação dos nexos modernos de produção na materialidade do espaço”.

Tal distinção permite evidenciar que, mesmo onde a forma cidade parece incipiente, os valores e sociabilidades urbanas estão presentes, produzindo formas híbridas que combinam conteúdos urbanos e rurais, antigos e modernos, locais e globais. Essa concepção desloca a análise da cidade como entidade isolada para o urbano como processo relacional e histórico.

Ainda nesse contexto, Trindade Jr. (2013, p. 21) defende que é necessário “sugerir pensar a urbanodiversidade amazônica e, ao mesmo tempo, o deslocamento de olhares”, propondo uma inflexão epistemológica no estudo do urbano. Para o autor, as cidades amazônicas são “realidades híbridas”, em que “as formas espaciais e os conteúdos urbanos se articulam de maneiras singulares, evidenciando as múltiplas trajetórias que compõem o espaço regional” (Trindade Jr., 2013, p. 12). Essa formulação rompe com a expectativa de que as cidades amazônicas precisem “alcançar” um estágio pleno de urbanidade para serem consideradas urbanas. Ao contrário, a urbanodiversidade afirma que o urbano amazônico é um urbano outro, que não cabe nas hierarquias e tipologias convencionais.

Dessa maneira, a urbanodiversidade parte da compreensão de que a Amazônia é um espaço plural, marcado pela coexistência de múltiplas territorialidades e temporalidades. Isso permite reconhecer o urbano amazônico como resultado de articulações híbridas, mais do que de um modelo homogêneo de urbanização.

Outro avanço importante da urbanodiversidade foi recolocar as pequenas cidades ribeirinhas no centro do debate urbano, mostrando que elas não são resquícios do passado, mas peças fundamentais na dinâmica regional. Estudos de Trindade Jr., Silva e Amaral (2008, p. 241) demonstram que essas cidades apresentam “fortes enraizamentos socioeconômicos e culturais com a escala geográfica local e regional, revelando interações funcionais, de subsistência material, lúdica e simbólica com os rios”. Essa análise desmonta a dicotomia centro/periferia e questiona a primazia das metrópoles como únicas portadoras de urbanidade.



A urbanodiversidade também permitiu superar a identificação automática entre cidade e forma densa, argumentando que a urbanização na Amazônia é, muitas vezes, extensiva, polimorfa e desarticulada (Trindade Jr., 2013, p. 14). Isso se articula à ideia de que há uma difusão mais rápida da sociedade urbana do que da urbanização do território, gerando situações em que o estilo de vida urbano antecede a infraestrutura material urbana (Sathler; Monte-Mór, Carvalho, 2009).

Assim, a noção de urbanodiversidade contribui para romper com o que Santos (2006, p. 65) denomina de “fetichização da forma”, ao evidenciar que o espaço urbano não pode ser reduzido à sua aparência morfológica, mas deve ser compreendido como “um híbrido entre sistemas de objetos e sistemas de ações”, cuja análise implica apreender as formas-conteúdo e suas relações com os processos sociais que as produzem.

Ainda que reconheça as permanências e a coexistência de múltiplas temporalidades, a urbanodiversidade concentra-se mais na explicitação das diferenças locais do que na sistematização dos elementos recorrentes que estruturam o urbano amazônico. Como adverte Trindade Jr. (2011, p. 252), “é preciso reconhecer [...] não apenas as desigualdades, mas também os espaços diferenciados na sua formação e existência”. Embora tenha destacado a heterogeneidade, essa abordagem deixou em segundo plano as recorrências estruturais que perpassam as cidades amazônicas, como a centralidade persistente dos rios, as funções de entreposto mercantil e a dependência de fluxos exógenos de capitais.

Essas recorrências são perceptíveis, por exemplo, nas cidades do Baixo Xingu. Apesar de suas trajetórias históricas distintas, Porto de Moz, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu compartilham permanências socioespaciais: atuação intensa do capital mercantil local, papel de entrepostos comerciais e serviços para amplas áreas ribeirinhas e articulação funcional à lógica fluvial. Mesmo diante da inserção rodoviária, essas cidades continuam organizadas em torno dos rios, evidenciando que há lógicas que persistem por baixo da diversidade morfológica e histórica. A urbanodiversidade, embora reconheça a singularidade dessas cidades, não dispõe de ferramentas para explicar por que tais padrões se repetem em lugares distintos e ao longo do tempo.

É nesse ponto que se coloca a necessidade de avançar para uma outra noção, que aqui denominamos, em um primeiro momento, de “urbanoregularidade”. Não se trata de negar a contribuição da urbanodiversidade, mas de propor um complemento analítico capaz de evidenciar as lógicas estruturantes e processuais que atravessam a urbanização amazônica. Ao fazê-lo, buscamos dar conta das permanências que sustentam o urbano amazônico em meio às



transformações, permitindo compreender que, por baixo da pluralidade de formas e trajetórias, há padrões que se repetem e conferem coesão às dinâmicas espaciais da região.

Diferentemente da urbanodiversidade, que privilegia as diferenças locais e históricas, a ideia de “urbanoregularidade” permite compreender as lógicas de reprodução que atravessam as singularidades. Trata-se de uma noção relacional, que não substitui, tão pouco nega a diversidade, mas busca explicitar as estruturas subjacentes que tornam possível a própria diversidade urbana amazônica.

Essa proposta parte da constatação de que a urbanização amazônica combina duas dimensões que não são excludentes, mas se entrelaçam de forma dialética: de um lado, a fragmentação e a heterogeneidade, que revelam a pluralidade de formas e trajetórias; de outro, a repetição de funções e padrões que retornam em diferentes lugares e tempos. Silveira (1999) destaca que o território brasileiro é marcado pela coexistência de tempos históricos distintos, combinados sob o mando do capital, o que implica que formas antigas podem persistir e ser reatualizadas em novas conjunturas.

Assim, a “urbanoregularidade” pode ser compreendida a partir de três dimensões³ interligadas: material, funcional e processual. A dimensão material diz respeito à repetição de formas espaciais e infraestruturas associadas à circulação fluvial e à lógica mercantil. Portos, trapiches e feiras tendem a ocupar posições semelhantes nas margens dos rios, estruturando o espaço urbano e funcionando como pontos nodais da circulação regional.

Essa materialidade não é neutra, mas responde às necessidades do capital. Nessa perspectiva, Harvey (2013) argumenta que o capital só pode sobreviver se continuamente se reconverter em espaço, criando novas infraestruturas e novos mercados. Na Amazônia, essa reconversão produz repetidamente formas físicas similares, que reaparecem em distintas cidades ribeirinhas.

Por outro lado, a dimensão funcional diz respeito às atividades e papéis desempenhados pelas cidades em sua rede de relações, especialmente no que tange às funções de intermediação comercial e de serviços que conectam o núcleo urbano às áreas de seu entorno. Por meio dela, é possível compreender como determinadas centralidades se estruturam a partir da oferta de bens, do abastecimento e da prestação de serviços, articulando fluxos de pessoas, mercadorias e informações. Essa perspectiva permite analisar as cidades não apenas por sua morfologia ou

³ A distinção proposta por Lefebvre (2001) entre forma, função e estrutura como níveis de realidade do urbano, articulada às categorias forma, função, estrutura e processo de Santos (2020) fundamentam a escolha das três dimensões aqui adotadas. A material corresponde à forma, a funcional à função e a processual sintetiza estrutura e processo, expressando a historicidade e a reprodução das relações que produzem o espaço urbano amazônico.



trajetória histórica, mas pelo modo como exercem sua capacidade de interligar comunidades, organizar territórios e sustentar redes sub-regionais.

A última dimensão a ser considerada é a processual, a qual refere-se às temporalidades e ritmos que atravessam a produção do espaço urbano, articulando passado e presente em um movimento contínuo de reconfiguração. Inspirando-se em Santos (2006), compreende-se o espaço como um “acontecer solidário”, no qual coexistem eventos e durações distintas que revelam o caráter histórico da urbanização.

Nessa perspectiva, as formas não são estáticas nem residuais, mas expressões de processos sociais em curso, nos quais se atualizam práticas antigas de circulação, comércio e sociabilidade. A cidade amazônica é, assim, produto de uma reprodução territorial desigual, na qual as transformações técnicas e econômicas se sobrepõem a permanências históricas, resultando em configurações híbridas. A análise processual, portanto, permite compreender como as cidades do Baixo Xingu rearticulam funções tradicionais de intermediação fluvial, abastecimento e trocas locais sob novas condições impostas pelo capital e pelo Estado, revelando que a mudança na Amazônia se faz, quase sempre, pela ressignificação do antigo no novo.

Portanto, a proposta da “urbanoregularidade” busca compreender a urbanização amazônica como um processo de combinações variáveis entre diversidade e recorrência, no qual as diferenças locais se articulam a padrões estruturantes que garantem a reprodução do sistema urbano. Essa concepção está alinhada à leitura de Santos (2009, p. 332) sobre o espaço como “um sistema indissociável de objetos e ações, cuja análise exige considerá-lo em sua totalidade e historicidade”. Ao enfatizar a totalidade, a noção de “urbanoregularidade” evita o risco de relativismos, sem retornar às explicações homogeneizantes que ignoram as singularidades locais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A noção de urbanodiversidade destaca a coexistência de diferentes formas e dinâmicas urbanas na Amazônia. Segundo Trindade Jr. (2013), as cidades amazônicas são caracterizadas por sua heterogeneidade, marcada pela interação entre elementos urbanos e rurais, circuitos econômicos distintos e padrões espaciais não convencionais. Essa abordagem permite compreender a especificidade das cidades amazônicas, mas também pode obscurecer a presença de padrões comuns entre elas.

Estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB) vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) têm



evidenciado que as redes urbanas na Amazônia são fortemente estruturadas pela lógica do capital mercantil, com ênfase nas interações fluviais que conectam pequenas cidades ribeirinhas a centros regionais mais complexos. A circulação do capital, conforme discutido por Harvey (2013) e Santos (2010), também exerce um papel determinante na formação desses centros urbanos, reforçando a reprodução de padrões espaciais recorrentes.

Schor e Oliveira (2011) ressaltam que a rede urbana amazônica é marcada por conexões fluviais e dinâmicas territoriais específicas, exigindo abordagens que contemplem as particularidades da região. Essa leitura reforça a necessidade de reconhecer, para além das diferenças aparentes, a existência de lógicas compartilhadas que estruturam as cidades ribeirinhas, como se observa no Baixo Xingu.

Embora cada cidade possua especificidades históricas e geográficas, é necessário compreender como processos econômicos e estruturais reproduzem formas urbanas semelhantes. A permanência de uma organização urbana pretérita, mesmo diante das transformações contemporâneas, expressa a reprodução de lógicas socioespaciais que sustentam a estruturação territorial amazônica. Ao reconhecer essa regularidade, o trabalho busca demonstrar que há padrões subjacentes que conectam as cidades ribeirinhas amazônicas dentro de uma lógica territorial comum.

No que tange à dimensão material, a observação das formas urbanas evidencia que, nas três cidades analisadas, o rio é o eixo estruturante da organização espacial. Em Porto de Moz, a cidade se conforma a partir da beira⁴, onde se localizam o porto, as feiras, os trapiches e as casas comerciais voltadas ao escoamento de produtos extrativistas, como o açaí, o pescado e a farinha.

Em Senador José Porfírio, a centralidade do rio Xingu é ainda mais evidente. A área portuária concentra o fluxo de pequenas embarcações que garantem o abastecimento cotidiano, enquanto o mercado municipal e as lojas de insumos agrícolas se voltam diretamente para a margem fluvial. Já em Vitória do Xingu, mesmo após a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte⁵, o rio continua sendo elemento estruturante, muito embora coexista com as novas infraestruturas rodoviárias ligadas à Transamazônica.

⁴ A beira, assim, é um ponto de contato importante entre o rio e a pequena concentração urbana propriamente dita. A partir desta, então, dispõem-se, de forma aparentemente caótica, um conjunto de objetos espaciais/geográficos, como armazéns, comércios, portos e outros de pequena escala (Trindade Jr., Silva; Amaral, 2008, p. 38).

⁵ A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte representou um marco nas transformações espaciais de Vitória do Xingu, provocando uma expansão físico-territorial, mudanças nas práticas socioeconômicas e reconfiguração das relações da cidade com o rio, ao mesmo tempo em que reforçou antigas funções de intermediação regional (Cornélio, 2021).

Essas formas materiais (portos, feiras, trapiches) reaparecem em todas as cidades, adaptadas às suas escalas e contextos. Elas não são simples heranças do passado, mas formas reatualizadas, que asseguram a reprodução da circulação mercantil regional. Trata-se, portanto, de uma regularidade material, que exprime a maneira como o capital e a vida cotidiana se ancoram na geografia fluvial. Assim, mesmo diante de diferentes conjunturas, a urbanização no Baixo Xingu se mantém vinculada à materialidade do rio como suporte físico e simbólico da vida urbana.



Figura 2: Cidades do Baixo Xingu e suas frentes ribeirinhas.

Fonte: Elaboração própria com base em fotografias de José Queiroz de Miranda Neto e Jhonatan Prado (2022).

No plano da dimensão funcional, as três cidades exercem papéis de entrepostos comerciais e de serviços, articulando as comunidades ribeirinhas ao circuito regional de circulação. Em Porto de Moz, o comércio urbano abastece dezenas de comunidades⁶,

⁶ De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Porto de Moz possuía 40.597 habitantes, dos quais 51,1% residem na zona rural (20.734 pessoas) e 48,9% na zona urbana (19.863 pessoas) (IBGE, 2022). Esses dados indicam que a população rural ainda é majoritária, revelando que o município não passou por um processo efetivo de urbanização da população, embora desempenhe funções urbanas de intermediação comercial e de serviços. Segundo levantamento de Pinto (2017), o município contava com 76 comunidades, número que provavelmente é maior atualmente, já que a maioria dessas comunidades se encontra na Reserva Extrativista Verde Para Sempre, onde as dinâmicas ribeirinhas e extrativistas permanecem centrais (Castro, 2024).



funcionando como polo redistribuidor de produtos industrializados (alimentos, combustível) e de escoamento de produtos locais (açaí, pescado, madeira).

Senador José Porfírio cumpre função semelhante, com destaque para a intermediação de bens e pessoas. O porto⁷ recebe embarcações diárias vindas de pequenas localidades do entorno, que trazem produtos agrícolas e extrativistas e retornam com mantimentos e mercadorias compradas na cidade.

Em Vitória do Xingu, a função urbana se diversificou após a UHE Belo Monte⁸, mantendo, contudo, a lógica de intermediação característica das cidades ribeirinhas da região. O comércio e os serviços expandiram-se, atendendo não apenas à população local, como também às comunidades do entorno fluvial.

Essa funcionalidade intermediária é recorrente na Amazônia e foi apontada por Schor e Oliveira (2011) como traço definidor das redes urbanas amazônicas. As cidades analisadas não são polos industriais, nem metrópoles regionais, mas nós secundários de articulação. Elas captam fluxos de mercadorias e pessoas oriundos das margens, processam-nos localmente e redistribuem-nos para centros maiores como Altamira-PA, Santarém-PA, Belém-PA e Macapá-AP.

Essa condição confirma o que Harvey (2013) define como “fixação espacial do capital”. O investimento urbano nessas cidades opera para manter ativa a circulação de mercadorias e valores em escalas regionais, garantindo a reprodução ampliada do capital mesmo em espaços periféricos.

Desse modo, a regularidade funcional se expressa na semelhança das funções urbanas, tendo em vista que as cidades do Baixo Xingu cumprem papéis de mediação, abastecimento e redistribuição, independentemente do porte demográfico ou da infraestrutura disponível. Essa constância funcional reforça a ideia de que as diferenças entre essas cidades se dão mais pelo grau de inserção na economia regional do que pela natureza de suas funções.

Por último, a dimensão processual permite compreender a trajetória histórica das cidades e a forma como elas reproduzem antigas lógicas sob novas conjunturas. Nas três cidades analisadas, identifica-se um padrão recorrente de formação, em que o rio atua como eixo estruturador das atividades econômicas, das práticas sociais e das conexões regionais.

⁷ Conforme Moura e Almeida (2019), a rede fluvial local é composta por seis barcos, dezesseis voadeiras e quatro balsas, que realizam rotas regulares diárias ligando a sede municipal a pequenas localidades e cidades vizinhas, como Vitória do Xingu e Porto de Moz.

⁸ De acordo com Cornélio (2021), mesmo após a instalação da UHE Belo Monte, Vitória do Xingu manteve fortes permanências na relação cidade-rio, expressas na continuidade da função portuária e das práticas socioespaciais cotidianas associadas à circulação fluvial e ao comércio local.



Porto de Moz, fundada no século XVII como entreposto colonial português, manteve ao longo dos séculos o papel de centro de coleta e redistribuição. Essa permanência histórica ilustra o que se denomina aqui de “regularidade processual”, ou seja, a capacidade de as cidades amazônicas reatualizarem antigas funções sob novas condições técnicas e políticas, preservando a lógica mercantil e fluvial que sustenta sua centralidade na rede urbana.

Senador José Porfírio, cuja origem remonta a um antigo aldeamento missionário, também se estruturou historicamente como ponto de apoio à navegação fluvial e ao abastecimento das populações ribeirinhas. Desde o século XIX, sua economia esteve vinculada à extração de borracha, madeira e pescado, integrando-se a uma rede de circulação que ligava pequenos povoados aos centros regionais. Tal como em Porto de Moz, a cidade manteve a função intermediária, mesmo com a ampliação do acesso rodoviário⁹ e a diversificação das atividades econômicas. A dependência da dinâmica fluvial permanece, reafirmando sob novas formas a centralidade ribeirinha que caracteriza as cidades do Baixo Xingu.

Vitória do Xingu configurou-se como um espaço de arranjo logístico fluvial, articulando o transporte de mercadorias, a circulação de pessoas e o abastecimento das comunidades ribeirinhas situadas entre Altamira e as demais cidades do Baixo Xingu. Sua estrutura urbana se organizava em torno do porto, que desempenhava papel central na mediação entre os fluxos locais e regionais, evidenciando a dependência funcional do rio Xingu na conformação do espaço urbano. Essa configuração reforça o caráter intermediário e articulador de Vitória do Xingu na rede urbana, onde a fluidez do rio se constituiu como condição histórica da própria urbanização (Cornélio, 2021).

Com a instalação da UHE Belo Monte, a cidade passou por um conjunto de mudanças, no entanto, mesmo diante dessas transformações, as lógicas ribeirinhas e mercantis permaneceram estruturantes. Assim, a experiência de Vitória do Xingu confirma que as mudanças trazidas pela “modernização energética” não romperam com o padrão histórico de organização fluvial, mas o reconfiguraram sob novas condições técnicas e territoriais (Cornélio, 2021).

Esses percursos distintos convergem em um mesmo padrão processual, caracterizado pela reatualização de funções e formas históricas sob novas condições técnicas e políticas. Mesmo em Vitória do Xingu, onde as transformações urbanas foram mais intensas após a

⁹ O acesso rodoviário a Senador José Porfírio é realizado pela rodovia PA-167, que conecta o município à BR-230 (Transamazônica), permitindo o deslocamento terrestre até Altamira e Vitória do Xingu. Essa ligação, embora recente e ainda precária em alguns trechos, tem ampliado a integração regional e o escoamento de mercadorias, sem, contudo, reduzir a centralidade do transporte fluvial na dinâmica urbana local.



instalação da UHE Belo Monte, observam-se elementos de continuidade funcional, sobretudo na mediação comercial e na dependência da circulação fluvial. Assim, a modernização não elimina o passado, mas o reconfigura, produzindo permanências e rupturas que coexistem no mesmo espaço. A coabitação entre o rio e as rodovias evidencia que o processo de urbanização amazônica é híbrido e desigual, mas articulado por uma racionalidade comum: a reprodução das relações mercantis e das formas de subordinação territorial.

A regularidade processual, portanto, revela-se na capacidade do sistema urbano ribeirinho de reatualizar funções tradicionais (comércio, circulação fluvial, abastecimento) em novas condições históricas, mantendo o papel funcional dessas cidades na economia regional.

Essas recorrências não devem ser interpretadas como homogeneização, mas como resultado de uma racionalidade territorial historicamente construída, que privilegia pontos de controle e articulação nos corredores fluviais. Assim, a semelhança entre essas cidades está menos na aparência física ou nos dados demográficos e mais na lógica de funcionamento que as organiza enquanto peças complementares de uma rede.

Nesse sentido, é possível afirmar que tais recorrências são expressões de uma espacialidade ribeirinha sustentada por práticas de circulação, trocas e sociabilidades historicamente ancoradas nos rios. Os rios não apenas estruturam a mobilidade e a economia, mas também organizam o modo de vida, a centralidade urbana e o papel regional dessas cidades.

Ao observar essas regularidades, percebe-se que há uma racionalidade própria à urbanização fluvial na Amazônia, marcada pela interdependência entre núcleos urbanos e comunidades dispersas, pela centralidade do comércio e pela adaptação das formas urbanas às dinâmicas hidrológicas. É necessário, portanto, analisar a complexidade territorial que caracteriza a região sem abrir mão da sistematização de elementos comuns que atravessam diferentes contextos urbanos amazônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição de uma noção dialética à urbanodiversidade implica não apenas uma contribuição teórica, mas também um deslocamento epistemológico e metodológico no estudo do urbano na Amazônia. Ao propor que a diversidade de formas e trajetórias urbanas está ancorada em padrões estruturantes que se repetem, essa perspectiva desafia tanto os enfoques homogeneizadores, que ignoraram as especificidades amazônicas, quanto os enfoques excessivamente particularistas, que, ao enfatizarem apenas as diferenças, dificultam a construção de análises comparativas e regionais.



A urbanodiversidade, tal como proposta por Trindade Jr. (2013), foi decisiva para romper com a tendência de aplicar à Amazônia categorias derivadas do urbano centro-sulista, que desconsideravam as especificidades regionais. Contudo, como o próprio autor reconhece, é necessário avançar para análises que articulem as diferenças locais a processos mais amplos, pois é preciso reconhecer não apenas as desigualdades, “mas também os espaços diferenciados na sua formação e existência” (Trindade Jr., 2011, p. 252).

Ao propor a noção de urbanoregularidade, partimos da análise de três dimensões que se repetem na urbanização amazônica. A primeira é a material, visível na permanência de formas espaciais ligadas à circulação fluvial (portos, trapiches, feiras) que se reproduzem em diferentes cidades. A segunda é a funcional, marcada pelo papel recorrente de entrepostos comerciais e de serviços, sustentados pelo capital mercantil e pela intermediação com o entorno ribeirinho e rural, abrangendo também as áreas de assentamento e os eixos rodoviários que se articulam às dinâmicas fluviais. A terceira é a processual, associada ao desenvolvimento desigual e à persistência do circuito inferior da economia urbana, que reatualiza funções semelhantes em cidades distintas.

A partir dessas dimensões, compreendemos que as diferenças não são aleatórias, mas se articulam a estruturas recorrentes que atravessam o urbano amazônico, como a centralidade dos rios, a intermediação mercantil e a permanência de circuitos econômicos subordinados.

Tal perspectiva permite entender que os lugares amazônicos, ainda que singulares, são momentos de um mesmo processo, conectados por fluxos materiais e imateriais que lhes conferem coesão. A ideia da urbanoregularidade contribui justamente para operacionalizar a noção de totalidade, revelando os elementos recorrentes que costuram as singularidades locais numa rede urbana.

Do ponto de vista metodológico, essa concepção exige uma mudança de escala analítica. Schor e Oliveira (2011, p. 19) já advertiam que, para compreender a rede urbana amazônica, era preciso “propor uma tipologia que incorpore parâmetros relacionais, considerando o papel de cada cidade na estruturação da rede urbana”. Ou seja, em vez de classificar as cidades apenas por atributos internos (população, PIB, serviços), é necessário analisar suas funções e fluxos na rede. A noção da urbanoregularidade segue essa direção, buscando identificar as dimensões de formas, funções e processos que se repetem em contextos distintos, o que permite construir tipologias comparativas sem apagar as diferenças.

Essa perspectiva também implica articular diferentes escalas temporais. Santos (2006) lembra que o espaço deve ser analisado como um “acontecer solidário”, no qual eventos de durações distintas se entrelaçam. Na Amazônia, isso significa reconhecer que as formas



herdadas da economia fluvial tradicional (portos, feiras, trapiches, circuitos mercantis) continuam operando simultaneamente às formas da economia moderna (rodovias, hidrelétricas), produzindo configurações híbridas. A noção de urbanoregularidade ajuda a compreender esse entrelaçamento de tempos históricos, mostrando que as formas antigas não são resíduos, mas componentes ativos e reatualizados do sistema urbano regional.

Além disso, a ênfase nas regularidades permite integrar a análise da urbanização amazônica aos debates mais amplos sobre a reprodução do capital no espaço. Harvey (2013) demonstra que o capital precisa resolver suas crises por meio da produção de um espaço geográfico adequado à sua valorização, criando e recriando constantemente infraestruturas, mercados e redes.

Essa lógica ajuda a explicar por que as funções de entreposto e os circuitos mercantis fluviais se reproduzem de modo tão recorrente nas cidades amazônicas. Elas são respostas espaciais reiteradas às exigências da circulação do capital, reaparecendo mesmo em lugares que, superficialmente, parecem muito distintos.

No plano prático, a adoção da noção da urbanoregularidade pode orientar a construção de indicadores regionais que combinem diversidade e recorrências, permitindo mapear os padrões urbanos da Amazônia. Essa abordagem pode contribuir para políticas públicas mais sensíveis à realidade regional, que reconheçam o papel estratégico das pequenas cidades ribeirinhas como nós funcionais da rede e não como anomalias urbanas a serem “corrigidas” por projetos de modernização padronizados.

Em síntese, a reflexão proposta não pretende negar a relevância da urbanodiversidade, mas somar-lhe uma chave de leitura que permita avançar no entendimento do urbano amazônico. Se a urbanodiversidade foi fundamental para evidenciar a pluralidade de formas, tempos e experiências que compõem as cidades da região, a noção da urbanoregularidade vem acrescentar a dimensão das permanências e recorrências que sustentam essa pluralidade.

Assim, ambas se complementam. A primeira ilumina a diferença, a segunda destaca as regularidades que dão coesão às dinâmicas espaciais. Em última instância, a noção da urbanoregularidade busca reconhecer a diversidade sem abdicar da totalidade, e captar a totalidade sem apagar a diversidade.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>. Acesso em: 8 abr. 2025.



CASTRO, Jéssica Ferreira de. *O circuito inferior da economia urbana em uma cidade ribeirinha da Amazônia: Uma análise a partir de Porto de Moz-PA*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Altamira-PA, 2024.

CORNÉLIO, Genilson Santana. *A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências em Vitória do Xingu/PA face à construção da UHE Belo Monte*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Altamira-PA, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15365>. Acesso em: 23 mai. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 279-314, 1997.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. Editorial Boitempo. Tradução: Magda Lopes, 2013.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2022: panorama*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

LEFEBVRE, Henri. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1979.

_____. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec/Anpur, 169-181, 1998.

MOURA, Valdinei Mendes; ALMEIDA, Arlete Silva de. A dinâmica socioespacial do transporte fluvial em Senador José Porfírio-PA. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia-ENANPEGE*. São Paulo-SP, 2019. Disponível em: <https://enanpege2019.anpege.ggf.br/>. Acesso em 27 out. 2025.

PINTO, Luis Otaviano Matos. *Porto de Moz: O caminhar histórico de um povo*. Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS), Porto de Moz-PA, 2017. 146 p.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *A Urbanização Desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *Espaço e Método*. 5ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.



SATHLER, Douglas; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; CARVALHO, José Alberto Magno de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. *Nova Economia* (UFMG), v. 19, p. 11-39, 2009.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. *Acta Geográfica* (UFRR), Edição Especial, p. 15-30, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. Um país, uma região. Fim de século e modernidade na Argentina. *Formação* (Online), v. 1, n. 6, 1999. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1168>. Acesso em: 21 mai. 2025.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Revista Cidades*, v. 7, p. 227-255, 2011.

_____. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, Belém-PA, n. 321, p.1-22, dez. 2013.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito, “Das ‘janelas’ às ‘portas’ para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia”, In. Saint-Clair Cordeiro Trindade Jr, Maria Goretti da Costa Tavares (orgs.), *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: Edufpa, 2008, p. 27-48.